

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA NACIONAL DE FORMAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

Sueli Löw Lopes Copetti

**A DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO
É ACESSÍVEL À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA?**

Passo Fundo

2015

SUELI LÖW LOPES COPETTI

A DIVULGAÇÃO DA POLÍTICA DE MICROCRÉDITO
É ACESSÍVEL À POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA?

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado ao Departamento de Ciências Administrativas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.

Orientadora: Prof^a. Rosinha da Silva Machado Carrion

Tutor: Marcus Vinicius Rossi da Rocha

Passo Fundo

2015

RESUMO

O presente estudo procura analisar o conhecimento e o interesse das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, que possuem atividades laborais autônomas, e cujos filhos estudam na Escola Estadual Eulina Braga. Nesse sentido, a pesquisa será dirigida de modo a compreender quais são as principais características do Programa de Microcrédito, quais os impactos deste à população de baixa renda, e se essa população tem verdadeiro conhecimento sobre o programa e como utilizá-lo, considerando que é importante instrumento de inclusão social, promoção da economia popular e geração de emprego e renda. Diante desta perspectiva, serão analisados os conceitos mais importantes acerca da pobreza, sistema financeiro nacional, bem como a realização de um aprofundamento do conhecimento sobre os programas de transferência de renda, a fim de se possam avaliar seus impactos, as perspectivas de transformação que oferece, e quais as áreas que poderiam ser melhores beneficiadas com a abrangência do programa. Diante dos dados apurados no decorrer do estudo, observou-se que resta prejudicada a possibilidade de tais famílias exercerem o empreendedorismo, o que seria muito positivo para as mesmas e para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Famílias Beneficiárias, Inclusão Social, Microcrédito, Políticas Sociais.

ABSTRACT

The present study seeks to analyze the knowledge and the interest of beneficiary households the Family Grant Program, that have labor activities alone, and whose children are enrolled in public School Eulina Braga. In this sense, the research will be addressed in order to understand what are the main characteristics of the Microcredit Program, which impacts to low-income population, and this population has true knowledge about the program and how to use it, considering that it is an important instrument of social inclusion, the promotion of popular economy and generation of employment and income. Faced with this prospect, will be analyzed the most important concepts about poverty, national financial system, as well as the achievement of a deepening of the knowledge of the income transfer programs, in order to be able to assess its impact, the prospects of processing that offers, and what areas could be best benefited with the scope of the program. In light of the data collected in the course of the study, it was observed that is hampered the possibility of such families pursue entrepreneurship, which would be very good for them and for the society in general.

Keywords: Beneficiary Families, Social Inclusion, Microcredit, Social Policies.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1: Faixa etária dos entrevistados.....	30
Gráfico 2: Grau de instrução dos entrevistados.....	31
Gráfico 3: Informações sobre o Microcrédito.....	31
Gráfico 4: conhecimento do programa de Microcrédito Produtivo e Orientado.....	32
Gráfico 5: Canal de comunicação para divulgação.....	34
Gráfico 6: Canal de comunicação quanto ao nível de escolaridade.....	34
Gráfico 7: Beneficiários do Microcrédito.....	36
Gráfico 8: Utilização do Microcrédito.....	37
Gráfico 9: Exigências do Microcrédito.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA.....	7
3 OBJETIVOS.....	10
3.1 OBJETIVO GERAL.....	10
3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	10
4 JUSTIFICATIVA.....	11
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	11
5 POBREZA.....	13
5.1 O SISTEMA FINANCEIRO.....	15
5.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA.....	18
5.3 MICROCRÉDITO.....	20
6 MÉTODO DE PESQUISA.....	25
6.1 UNIVERSO.....	25
6.2 AMOSTRA.....	25
7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....	29
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS.....	41
ANEXO I.....	46
ANEXO II.....	49

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país extremamente desigual, enquanto está no 85º lugar em IDH, aponta entre os dez primeiros PIB mundial. Segundo o IBGE, 10 % da população concentram 42% da renda, enquanto 40 por cento da população dispõem de apenas 13% da renda. Apesar dos índices de desigualdade continuar em patamares acima daquilo que seria desejável, houve alguma melhora após a promulgação da Constituição Federal de 1988, “pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, pelo aumento real do salário mínimo, pela retomada do crescimento da renda per capita, pelo crescimento do emprego, principalmente do emprego formal, e por vários outros fatores”. (HELENE e OTAVIANO, 2014), além dos programas, minha casa minha vida, luz para todos, e o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO), Criado em 2005 conforme a Lei 11.110 de 25/01/2005.

Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) segue uma metodologia baseada no relacionamento direto dos empreendedores no local onde a atividade econômica é executada, sem necessidade de bens para dar em garantia, atendendo a pessoas físicas, a microempresas e a empresas de pequeno porte, com vistas na viabilização de empreendimentos de natureza profissional, comercial ou indústria.

Diante disto, este trabalho pretende investigar se a população beneficiária do Programa Bolsa Família tem conhecimento da disponibilidade dos recursos de microcrédito em Passo Fundo e apontar as soluções possíveis para divulgação da política de microcrédito de forma ampla.

2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

Segundo estudo da ONG Inglesa OXFAN apresentado no Fórum Econômico Mundial em DAVOS em 2014, um por cento da população detém o capital equivalente, a metade da população mundial, isto, por si só não seria problema, porém uma política monetária que produz crescente desemprego, aumento da pobreza e desalento que afeta, no mundo inteiro, as camadas mais vulneráveis da população não pode ser considerada adequada para combater os efeitos da crise mundial (AUBERT, 2012), portanto, é necessário que se pense na desigualdade social com muita responsabilidade e justiça social. Visando combater a desigualdade social, o governo Brasileiro criou políticas sociais de combate à pobreza, tendo em vista que os índices de desigualdade social. O Programa Bolsa Família oferece proteção ao grupo familiar e contribui para o desenvolvimento e promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência de renda. (Cavalcante, 2009)

A política de microcrédito é uma política pública de combate à pobreza que visa fomentar o desenvolvimento econômico e social, permitindo às pessoas pobres o acesso ao capital produtivo. (Chaves, 2011). Com o objetivo de facilitar e ampliar o acesso ao crédito entre os microempreendedores formais e informais, visando à geração de trabalho e renda, ampliar o acesso aos serviços financeiros (conta corrente, poupança, seguros, créditos) ampliando o número e a participação das cooperativas de crédito no Sistema Financeiro, reduzir a informalidade e as taxas de juros no mercado financeiro. (BITENCOURT, 2005)

O Tema escolhido para o presente trabalho é a política de microcrédito e sua aplicabilidade na população de baixa renda de Passo Fundo. De todas as políticas públicas de erradicação da pobreza, o microcrédito é um dos poucos que realmente podem provocar a mobilidade social da população de baixa renda, conforme Passos et al. (2002, p. 41),

O microcrédito vem se tornando um dos principais paradigmas de programa com forte impacto social; em outras palavras, um modelo reproduzível de

combate à pobreza, não assistencial e sustentável, nos mais diversos contextos nacionais.

Neri (2008) explica que há dois tipos de política de alívio à pobreza: as políticas de transferência de renda compensatórias, como os programas de imposto de renda negativo, seguro-desemprego, bolsa-família; e as políticas estruturais, como a provisão pública de educação, reforma agrária, programas de microcrédito.

Para Santos e Carrion (2009), política de microcrédito deve levar em conta a incorporação não só da pobreza, mas da cultura, dos costumes e dos valores nacionais, regionais e comunitários nas práticas das instituições de microcrédito para os pobres.

Mas para isto, é necessário que chegue ao conhecimento da população e que esta seja orientada para que possa exercer uma atividade que tenha conhecimento, e possibilite autossuficiência.

Em maio de 2010 quatro seminários temáticos sobre o alcance e focalização, gestão de carteira assistência pós crédito, agentes de crédito e agentes de desenvolvimento, onde se discutiu os desafios do Microcrédito Produtivo e Orientado, sendo que se estima em 8 milhões o total de clientes potenciais no mercado brasileiro, mas as instituições que atuam com microcrédito não conseguem alcançar 2% deles.¹

A explanação de Antônio Marcos Ambrósio (2010, p.14), Gerente de Área de Pesquisa do BNDS, demonstrou a necessidade de ampliação do Microcrédito e se a ampliação resultaria na focalização dos mais pobres.

Segundo o autor supracitado, “microcrédito é um instrumento efetivo para aliviar algum grau de pobreza e dinamizar as economias locais. Apesar disso, as instituições parecem ter alguma dificuldade de alcançar os mais desfavorecidos entre os pobres”.

O representante do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo (2010, p. 29) ressaltou que o acesso ao crédito como um direito constitucional e

¹Síntese dos seminários temáticos sobre os desafios do Microcrédito Produtivo na visão dos seus Operadores, com os temas: focalização, e gestão de carteira; assistência pós crédito; agentes de crédito, ou agentes de desenvolvimento realizado em maio de 2010, São Paulo pela Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert), o Banco do Povo Paulista e a Fundação Prefeito Faria Lima – Cepam

deve alcançar todos os cidadãos, mas alcança apenas 20 % do que se poderia alcançar.

Considerando-se que o microcrédito pode ser uma ferramenta eficaz para erradicação da pobreza, e o crédito orientado, possibilita ao tomador de empréstimos um acompanhamento nas suas atividades pergunta-se: **A população de baixa renda da Comunidade Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga de Passo Fundo, RS, conhece as políticas de microcrédito?**

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O objetivo do presente trabalho é investigar o conhecimento e o interesse que beneficiários do Programa Bolsa Família, cujos filhos frequentam escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga tem da política de Microcrédito.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Investigar o conhecimento e interesse que as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família da comunidade Escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga tem do programa de Microcrédito Produtivo e Orientado.

4 JUSTIFICATIVA

A erradicação da pobreza deve ser prioridade em qualquer governo, para isto, o microcrédito se apresenta como ferramenta ideal de combate a desigualdade social, porém, segundo Yunus (2006 p. 9) “o crédito por si só não acaba com a pobreza, é preciso ver as pessoas de modo diferente, conceber um novo quadro para a sociedade”, principalmente por que a clientela a quem se destina o microcrédito desconhece a burocracia, não está habituada a frequentar bancos. Muhammad Yunus percebeu isto quando criou o Banco Grameen em Bangladesh, na década de 70, e direcionou as ações do banco de forma que as pessoas fossem atendidas nas suas aldeias, informalmente, sem burocracia, criando condições para que os associados desenvolvessem suas atividades, com financiamento do banco.

O objetivo do presente trabalho é investigar o conhecimento e o interesse que beneficiários do programa bolsa família, cujos filhos frequentam escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga tem da política de Microcrédito.

4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A coleta de dados será realizada com as famílias dos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga, que são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A referida escola atende alunos do ensino Fundamental, Ensino Médio e Alunos da Educação de Jovens e Adultos, sendo que no Ensino Fundamental são 204 alunos, no Ensino Médio são 42 alunos e na Educação de Jovens e Adultos são 131 alunos matriculados.

Localizada no Bairro Petrópolis de Passo Fundo, a escola têm em sua comunidade várias famílias cadastradas no Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal, trabalhando como catadores de papel, biscateiros e diaristas, que sem um suporte assistencial como o Bolsa Família não conseguiriam atender

suas necessidades básicas. Diante desta realidade, o presente trabalho pretende investigar o grau de conhecimento, interesse que as famílias da comunidade escolar da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga, das linhas de Microcrédito Produtivo e Orientado.

5 POBREZA

A pobreza tem estado presente na história da humanidade sob diferentes formas e intensidades, produzindo diversos efeitos sob o conjunto da sociedade. De acordo com Salcido (2005), nos últimos anos do Século XX e início do Século XXI, parece haver um consenso sob a necessidade de reduzi-la.

Ao longo dos últimos anos, o conceito de pobreza evoluiu na medida em que foram ampliando os parâmetros para sua definição, portanto não pode ser vista apenas como falta de condições financeiras para as necessidades básicas, mas como privação das capacidades básicas (SEN, 2000). A privação da saúde, educação, políticas públicas, segurança são fatores determinantes para a qualidade de vida do ser humano.

Conforme o autor supracitado, quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria.

O conceito de capital social busca explicar de que forma os indivíduos e coletividade tem acesso a recursos diferenciados na sociedade, busca compreender de que forma se articulam as diferentes redes de relacionamento (PRATES, et al). Quanto maior o capital social, melhores condições de sair da condição de pobreza em que se encontra o ser humano.

De acordo com Salcido (2005, p. 130-131), as necessidades essenciais devem ser diferenciadas dos bens destinados a satisfazê-las. Assim, as necessidades essenciais são conceitualizadas como aquelas que surgem de nossa necessidade de abrigo, de alimentação e de convivência social, tais como a saúde e a educação. Ainda na visão do autor, a isso se une a aspiração de viver uma vida longa e saudável, bem como com dignidade, que se associa com a vontade de viver e se realizar como ser humano.

Toda evolução tecnológica não foi capaz de melhorar as condições de vida da grande maioria da humanidade “a pobreza é um flagelo que não deveria mais estar se abatendo sobre a humanidade”.

Nestes tempos de hipermodernidade e de tecno-ciência avançada, pareceria lógico considerá-la como algo anacrônico, como resquício de sociedades pré-capitalistas e subdesenvolvidas. (CATANI, 2006).

Para Piketty (2014), o crescimento econômico moderno e a difusão do conhecimento tornaram possível evitar o apocalipse marxista, mas não modificaram as estruturas profundas do capital e da desigualdade.

Segundo Piketty

[...] quando a taxa de remuneração de capital ultrapassa a taxa de crescimento, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrárias que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas.

Dowbor analisa a aplicação financeira do capital, acarretando a redução da produção e o engessamento dos investimentos públicos em infraestrutura:

A financeirização está no centro dos debates econômicos, porque aprofunda a desigualdade, sobretudo porque trava o desenvolvimento. Os juros elevados para pessoa jurídica travam por sua vez o investimento, isto que o empresário efetivamente produtivo já enfrenta a fragilidade da demanda. E a taxa Selic elevada, ao provocar a transferência de centenas de bilhões dos nossos impostos para os bancos e outros aplicadores financeiros, trava a capacidade do Estado expandir políticas sociais e infraestruturas. (DOWBOR, 2015).

No artigo publicado por Dowbor “Inovação Social e Sustentabilidade relata uma análise feita pelo O IFC (International Finance Corporation) do Banco Mundial analisa a concentração da renda e da riqueza pelo prisma do potencial empresarial:

Na realidade, o mundo corporativo está gerando muito mais do que pobreza, está reduzindo a capacidade desta população de se apropriar do seu desenvolvimento. Trata-se da exclusão econômica de mais de dois terços da população mundial. Segundo o relatório, “os segmentos de ‘base da pirâmide’ da população na sua maior parte não estão integrados na economia de mercado global e dela não tiram proveito” (IFC, 2007, p. 4).

5.1 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

O Sistema Financeiro Nacional teve como marco inicial a criação do Banco do Brasil em 1808, que hoje é um dos melhores bancos do mundo, com uma regulação e fiscalização muito boa, conforme comprovado pelos baixos impactos negativos durante a crise mundial de 2008, entretanto, carece de eficiência, para oferecer a sociedade produtos e serviços convenientes e de qualidade (CHAVES 2011), pois existe o consenso entre os economistas de que há uma relação positiva entre desenvolvimento do sistema financeiro e crescimento econômico. Segundo Chaves (2011) citando Levine, alguns países possuidores de sofisticados sistemas financeiros tendem a apresentar elevado potencial de crescimento em longo prazo.

No Brasil, a relação de crédito/Produto Interno Bruto foi de 56,3 em junho de 2014 (BACEN 2014) apesar de uma crescente expansão, o sistema de crédito tende a privilegiar grandes empresas e regiões mais desenvolvidas.

Para entender a política de microcrédito no Brasil, é preciso fazer uma reflexão histórica do contexto econômico no País, a partir da década de 70, possibilitando uma visão geral da economia vigente no período em que iniciam as políticas de microcrédito.

A prática de concessão de pequenos empréstimos a pessoas físicas começa a dar seus primeiros passos no Brasil na década de 70, mais especificamente no ano de 1973, ano que marca o fim do “Milagre Econômico” brasileiro, (1968-1973). Perpetuado durante o regime militar (1964-1985), o que se entende por milagre econômico foi um período de grande e constante crescimento do PIB e da produção industrial brasileira levado a cabo graças a um cenário de grande liquidez internacional. Para consecução do plano, que teve como reflexo a manutenção de taxas de crescimento acima de 10% ao ano, o Brasil iniciou um percurso de endividamento externo que, na década de 80, iria desaguar na crise da dívida (MARQUES, 2006, p. 119).

Neste período houve um crescimento econômico no período, mas não um desenvolvimento econômico sendo este último compreendido como uma melhora qualitativa das condições de vida da maioria da população. (MARQUES, 2006,

p.119). Leite Júnior (2009) segue no mesmo pensamento, afirmando que crescimento econômico, que embora tenha melhorado a vida das pessoas, contribuiu para o aumento da concentração de renda, que ainda é um dos principais problemas do país.

O II PND expôs a fragilidade econômica do país e, onde a partir de então a inflação avança em uma trajetória de constante aumento.

No entendimento de Marques (2006, p. 142), a década de 1980 é conhecida como a década perdida, uma vez que foi caracterizada pela queda dos investimentos e da taxa de crescimento e da taxa de crescimento do PIB, pelo crescimento das dívidas interna e externa, e pela ascensão da inflação.

A retomada do crescimento brasileiro ocorrerá em 1984 em função da recuperação da economia americana (MARQUES, 2006, p 150). Ainda de acordo com o autor, as exportações brasileiras aumentam, assim como a renda agrícola, beneficiadas pela alta nos preços dos produtos primários, repercutindo na compra de insumos e maquinários.

Após 1986, uma série de planos que visavam combater a inflação começaram a aflorar no cenário econômico brasileiro: Plano Cruzado (1986), Plano Bresser (1987), Plano Verão (1989), e Plano Real (1994), que apresentou melhores resultados.

Na década de 90, conforme Marques (2006, p. 202) ocorreu à abertura comercial em consonância com o Consenso de Washington, que teve um dos resultados a produção e uma série de medidas liberalizantes que foram sugeridas pelos países em desenvolvimento.

Desenhado como resposta do pensamento econômico conservador à crise do modelo desenvolvimentista – que, segundo esse mesmo pensamento, tinha na excessiva intervenção do Estado e na liberalidade do gasto público direcionado ao atendimento das demandas sociais os fatores estruturais determinantes do descontrole fiscal e da inflação –, esse receituário, em sua versão original, incluía algumas diretrizes básicas: disciplina fiscal, mudanças nas prioridades do gasto público, reforma tributária, desregulamentação da atividade econômica, abertura comercial, privatização, liberalização do investimento direto estrangeiro, taxa de juros determinada pelo mercado, taxa de câmbio competitiva determinada pelo mercado e garantia do direito de propriedade (OLIVA, 2010, p.78).

A década de 90 que se deu a transformação para o liberalismo, que sob a regência do mercado, incentivaram-se as privatizações, desregulamentação da economia, desregulamentações das relações de trabalho, do mundo financeiro e às leis fiscais. (ANTUNES e POCHMANN, 2007). Esta reestruturação segundo os autores diminuiu a força do trabalho humano, substituindo-o pelo maquinário tecnocientífico, e teve como consequência o aumento significativo de desemprego e rebaixamento salarial.

Na visão de Marques (2006, p. 238), mesmo com a inflação sob controle, o crescimento econômico não ocorreu como esperado, pois os capitais que migraram para o País visavam a fusões e aquisições (takeover); o resultado é que qualquer medida de incentivo ao consumo foi abortada dado o risco do retorno inflacionário.

A sobrevalorização cambial perpetuada no âmbito do Plano Real teve como consequência o aumento das importações e redução de exportações (MARQUES 2006 p. 239). E a crise asiática de 1997 e a crise Russa de 1998 lançaram dúvidas sobre a força da economia brasileira, tendo como consequência crescente dificuldades de créditos externos (MARQUES, 2006 p. 240).

Ainda que a adoção do sistema de metas de inflação possibilite criar um horizonte de expectativa nos agentes econômicos pela previsibilidade da oscilação da taxa inflacionária, a crítica que recai sobre esta política diz respeito aos custos da manutenção da inflação nos patamares estipulados, ou seja, para manter a inflação sob controle o Banco Central determina altas taxas de juros que acabam por ter como consequência: encarecimento do crédito, desincentivo ao investimento produtivo, encarecimento do financiamento da dívida pública, e valorização artificial do câmbio pela entrada de capital especulativo (MARQUES, 2006, p.243).

Para o Presidente da Associação brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos, Luiz Aubert Neto, a desigualdade social tem suas raízes no sistema financeiro mundial.

[...] a conjugação entre a desregulamentação dos mercados financeiros e inovações financeiras - tais como securitizações e derivativos -; a livre mobilidade de capitais; a volatilidade das taxas de juros; e as "guerras cambiais" têm, por um lado, limitado à ação das políticas macroeconômicas domésticas e, por outro, provocado frequentes crises de balanço de pagamentos das economias e por crises de liquidez e solvência tanto nas economias avançadas quanto nas emergentes.

Paralelamente à redução da autonomia da política econômica cresce a influência dos mercados financeiros, inclusive em relação aos governos, tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento, impondo sua lógica em detrimento do mundo do trabalho, da produção industrial, da agricultura e dos demais serviços.

A globalização da pobreza no final do século XX e início do século XXI não têm precedentes na história mundial. Todavia, essa pobreza não se deve a uma 'escassez' de recursos humanos e materiais, mas, antes, a um sistema global de oferta nutrido pelo desemprego e pela minimização do preço da mão de obra em todo o mundo e, principalmente, o sistema financeiro mundial.

Para o economista político Ladislau Dowbor, o sistema financeiro trava a economia:

Enfrenta-se aqui, portanto, uma deformação estrutural do nosso sistema de intermediação financeira. Não há grande mistério no processo: a financeirização mundial, com as suas diversas formas de organização segundo os países e as legislações, adquiriu aqui formas diferentes de travar a economia, dimensão nacional de uma deformação hoje planetária.

A nossa constituição, no artigo 170º, define como princípios da ordem econômica e financeira, entre outros, a função social da propriedade (III) e a livre concorrência (IV). O artigo 173º no parágrafo 4º estipula que “a lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à dominação dos mercados, à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros.” O parágrafo 5º é ainda mais explícito: “A lei, sem prejuízo da responsabilidade individual dos dirigentes da pessoa jurídica, estabelecerá a responsabilidade desta, sujeitando-a as punições compatíveis com sua natureza, nos atos praticados contra a ordem econômica e financeira e contra a economia popular”. Cartel é crime. Lucro exorbitante sem contribuição correspondente produtiva será “reprimido pela lei” com “punições compatíveis”.

O resultado prático é uma deformação sistêmica do conjunto da economia, que trava a demanda do lado do consumo, fragiliza o investimento, e reduz a capacidade do governo de financiar infraestruturas e políticas sociais.

5.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA

Até os anos 80 a atenção social a população era restrita aos trabalhadores formais, limitando-se a uma Cidadania Reguladora (SANTOS, 1987). A Constituição Federal de 1988 instituiu o conceito de Seguridade Social, que, segundo Maria Ozanira Silva e Silva, os esforços dirigidos aos pobres permaneceram mais no campo da intencionalidade, como a universalização o das atenções primárias da saúde e do ensino básico. Com maior relevância a ampliação do benefício mínimo

para Previdência Social para um salário mínimo e a extensão da aposentadoria para os trabalhadores rurais, independente de contribuição.

Nos anos 1990, há que se destacar o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM), criado em 1993, pelo Presidente Itamar Franco (1993-1994), direcionado ao enfrentamento da fome, da pobreza e da indigência (SILVA 2001) e que foi interrompido e substituído pelo Programa Comunidade Solidária, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, mediante a articulação de ações já desenvolvidas por diferentes Ministérios, numa perspectiva descentralizada com a participação da comunidade.

Segundo Silva et al. (2008), em 2001 foi criado o Programa de Combate à Miséria, conhecido como Índice de Desenvolvimento Humano, programa direcionado prioritariamente aos bolsões de miséria. Para os autores:

A partir de 2001, o governo de Fernando Henrique Cardoso, que vinha dando pouca atenção a ações de políticas sociais, priorizando o ajustamento da economia brasileira para inserção do país na economia globalizada, numa clara opção para o projeto neoliberal, passou a se interessar pela organização de uma “Rede de Proteção Social” formada por 12 programas, todos situados no campo da transferência de renda para famílias ou indivíduos.

Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país foi implantado em 2003. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria, com foco nas famílias com renda per capita inferior a R\$ 77,00 mensais e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

A gestão do programa instituído pela Lei 10.836/2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209/2004, é descentralizada e compartilhada entre a União, estados, Distrito Federal e municípios. Os entes federados trabalham em conjunto para aperfeiçoar, ampliar e fiscalizar a execução. (BRASIL, MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DE COMBATE A FOME).

Paralelamente a estes programas de combate a fome, o programa de microcrédito visa à erradicação da pobreza, num esforço integrado da sociedade em criar condições de vida digna a todos.

5.3 MICROCRÉDITO

A Lei 11.110 de 25 de abril de 2005 prevê que o microcrédito é destinado a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte com metodologia baseada no atendimento direto ao financiado no local onde as atividades serão executadas, podendo ser financiados até R\$ 20.000,00, com juros de 4% ao mês, para empresas ou pessoas físicas com faturamento de até R\$ 360.000,00 por ano, sem a exigência de garantias reais, com a finalidade de proporcionar as pessoas de baixa renda a possibilidade de investir numa atividade rentável, para que possam ter autonomia financeira.

Visando diminuir esta disparidade da oferta de crédito, e a partir do sucesso do Banco Gramenn, fundado por Mohammad Yunus, o Sistema Financeiro Nacional criou uma linha de crédito para empréstimos de baixo valor, dando ênfase a função social do sistema financeiro do país, visando diminuir a desigualdade social permitindo as pessoas pobres, acesso ao capital.

A pobreza é o mais grave problema do Brasil, e o acesso ao crédito deve fazer parte de uma política estrutural de erradicação (HENRIQUES, 2003) O microcrédito caracteriza-se como uma política pública de combate a pobreza, cujo sucesso decorre principalmente do fato de se alicerçar em mecanismos de incentivos, permitindo que se atinjam resultados eficientes (NERI et al, 2011), mas apesar disto, o acesso da população brasileira ao microcrédito é baixo, para explicar este baixo índice, alega-se que o público alvo não apresenta condições culturais educacionais e econômicas mínimas para a utilização do crédito (BARONE ET AL, 2002).

Segundo Sen, (2013, p. 34).

A privação relativa de rendas pode resultar em privação absoluta de capacidades, pois é uma relação de mão dupla, o baixo nível de renda pode ser uma razão fundamental de analfabetismo, e más condições de saúde, além de fome, e subnutrição e inversamente melhor educação e saúde ajudam a auferir rendas. As privações de renda e capacidade com frequência apresentam consideráveis encadeamentos correlatos.

Para Yunus (2006, p. 110) a pobreza é um modo de vida para um enorme segmento da população que aprendeu a aceita-la e a conviver com ela. A pobreza é uma doença que tem efeito paralisante no corpo e na mente. Ainda de acordo com o autor, o Grameen Bank ajuda as pessoas a mobilizar a vontade e energia para fornecer os esforços necessários à derrubada dos muros que as cercam.

Neste contexto, segundo Oliveira et al. (2005), o microcrédito deve contribuir para o fortalecimento de microempreendedores, oferecendo serviços financeiros e de capacitação de forma sustentável, assegurando novas oportunidades de ocupação e renda.

Na concepção de Petry (2013, p. 7), para contornar a necessidade de garantias reais, solicitadas pelos bancos tradicionais, no Gramenn Bank os empréstimos só poderiam ser obtidos por grupos tomadores, que ficavam responsáveis pelo pagamento do montante, fazendo o papel de avalistas deles mesmos.

Quando implantada no Brasil, a política de microcrédito viabilizou fiança solidária, que consiste na reunião de três a cinco pessoas com pequenos negócios e necessidade de crédito, e que, ao mesmo tempo, sejam amigas, vizinhas, e confiam umas nas outras, para formarem um Grupo Solidário com o objetivo de assumirem a responsabilidade do crédito de todos através do aval solidário. É um processo auto seletivo. As pessoas buscam, naturalmente, o bom pagador, porque sabem que o não pagamento de um, faz com que todos respondam pelo crédito. Estabelece-se assim uma rede de apoio e vigilância que tem como resultado a excelente recuperação do crédito. (DANTAS, 2005)

Ainda para o autor supracitado (2005), outra possibilidade para aqueles que não querem participar da fiança solidária é a apresentação de um avalista que preencha condições acessíveis ao pequeno empreendedor de baixa renda.

O grande diferencial do Grameen Bank é atender pessoas de baixa renda, ou sem renda nenhuma, sem a cidadania necessária para buscar alternativas para modificar sua situação, que é onde se encaixa a população beneficiária do Programa Bolsa Família, são pessoas que pela sua condição social evitam exporem-se nos locais públicos formais como Agências Bancárias, percebendo isso, Muhammad Yunus (2006, p. 151) estruturou o Banco de tal forma que os atendimentos eram

realizados nas comunidades. Os bancos tradicionais pedem aos clientes que se dirijam a suas agências. Para um pobre – e ainda por cima analfabeto -, uma agência tem algo de terrível, de ameaçador.

A solução encontrada pelo Grameen, conforme Yunus (2006, p. 153-154),

[...] foi colocar os funcionários em contato com as comunidades fazendo um trabalho de campo, com visitas semanais e mensais, verificando remete a saúde financeira de seus financiados, para garantir que eles vão poder pagar com juros o dinheiro recebido, e que toda a sua família esteja se beneficiando dele.

Já para o representante do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo, o primeiro passo empreendedor do cliente, é procurar o crédito. “No nosso caso, o banco não vai ao cliente. Porque a primeira manifestação empreendedora dele é que vá ao banco, saber, conversar, se informar”.

Para o representante do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco (Ceape-PE), José Ventura Sobrinho, a maioria das instituições, ainda não construiu metodologia específica para oferecer orientação técnica aos seus tomadores. A rigor, as ações pós-crédito concentram-se nos procedimentos de cobrança e no monitoramento do crédito concedido. Segundo ele, “o modelo que perseguimos, da gestão de pequenos empreendimentos, não passa somente pela mão de um segmento, de uma organização, ou de uma pessoa. É mais amplo. Passa, por exemplo, pela educação, pois há pessoas que não têm noção de nada, são desprovidas de qualquer conhecimento”.

Analisar a viabilidade econômico-financeira do empreendimento que, na maioria das vezes, é informal, quase sempre sem registros, é outro aspecto importante da metodologia. Para isso, são treinados os Agentes de Crédito. (DANTAS, 2005).

Em função da dificuldade da população beneficiária do Programa Bolsa Família se dirigir às agências bancárias para fazer suas negociações, o PNMO prevê que os agentes de operações de crédito atuem nas comunidades:

Numa entrevista que é feita no local do empreendimento, quase sempre numa dependência da própria moradia do proprietário, o Agente de Crédito

diagnostica os aspectos gerenciais, dimensionando, através daquele diálogo com o cliente, (no qual se usa o critério de analisar a situação partindo do particular para o geral, passo a passo) a situação financeira da atividade econômica; com base nela, analisa, então, a viabilidade do crédito a ser concedido, utilizando índices financeiros, fluxo de caixa e outros instrumentos. Para os créditos até R\$ 1.000,00 essa análise é simplificada, destacando-se o caráter do empreendedor, o plano de investimento e o fluxo de caixa. (Dantas, 2005)

Cada Agente assume uma região ou zona da cidade na qual concentra os seus clientes. Essa concentração geográfica e de clientela permite, por exemplo, que, ao visitar um novo cliente, o Agente "dê uma olhada" num cliente recém-financiado. Nessa oportunidade poderá verificar se o crédito foi aplicado de acordo com o "plano de inversão", e, também, lembrar a outro que sua prestação vence depois de amanhã, etc.

O representante do Banco Palmas, João Joaquim de Melo Neto Segundo ressaltou que o acesso ao crédito como um direito constitucional. Na visão dele, todos os cidadãos têm direito a crédito, todas as comunidades devem dispor de unidades que viabilizem o acesso aos serviços financeiros. Para ele, "os correspondentes bancários são as melhores coisas que este país fez nos últimos anos. Penso que não aproveitamos 20% do que poderíamos aproveitar". Para João Joaquim, o cliente é que deve ir ao banco, é o primeiro passo empreendedor do cliente, é procurar o crédito.

Outra dificuldade discutida pelos operadores de Microcrédito é quanto à orientação pós-crédito dada aos tomadores de empréstimos. Para o representante do Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco (Ceape-PE), José Ventura Sobrinho, os procedimentos adotados pela instituição após a concessão de crédito maioria das instituições, ainda não construiu metodologia específica para oferecer orientação técnica aos seus tomadores. A rigor, as ações pós-crédito concentram-se nos procedimentos de cobrança e no monitoramento do crédito concedido.

Na visão de sobrinho, não cabe aos agentes de crédito prestar assessoria aos empreendedores. Parto do princípio de que esse modelo que perseguimos, da gestão de pequenos empreendimentos, não passa somente pela mão de um segmento, de uma organização, ou de uma pessoa. É mais amplo. "Passa, por

exemplo, pela educação, pois há pessoas que não têm noção de nada, são desprovidas de qualquer conhecimento”.

Seguindo na mesma linha, Sobrinho (2010) vê a falta de conhecimento administrativo e financeiro como um entrave a formalização do Microempreendedor individual e, a necessidade dos governos de preparar agentes de desenvolvimento nas comunidades para obter melhores resultados no microcrédito.

Quanto à formalização, Sobrinho avalia que a Lei do Microempreendedor Individual (MEI) é um avanço, mas dependerá do acompanhamento de outras ações. “No meu entendimento, se o governo só formalizar, o resultado será pequeno”.

A lógica que prevalece nas instituições de microcrédito no Brasil resulta na quase inexistência de ações de orientação aos empreendedores depois da concessão do crédito, ainda que os operadores afirmem reconhecer as precariedades gerenciais e administrativas dos empreendimentos financiados. Essa situação ficou muito clara nas falas dos convidados do evento que tiveram a assistência pós-crédito como tema.

6 MÉTODO DE PESQUISA

Apresenta-se, aqui, procedimentos empregados para a elaboração do design de pesquisa, definição da amostra, coleta de dados, técnicas de análise e apuração dos resultados. O estudo está classificado como um estudo descritivo, Sampieri et al. (2003), com enfoque quantitativo.

6.1 UNIVERSO

As 50 famílias de alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga, beneficiárias do Programa Bolsa Família.

6.2 AMOSTRA

Para Dancey e Reidy (2006), as amostras podem ser classificadas em: probabilísticas e não probabilísticas.

A amostra neste presente estudo foi caracterizada como não probabilística, composta por 20 casos.

A amostra não probabilística é “aquela em que a seleção dos elementos da população para compor a amostra depende, ao menos em parte, do julgamento do pesquisador ou do entrevistador no campo (Mattar, 1999)

Justifica-se o uso da amostra não probabilística por não haver o propósito de que a amostra tenha que refletir precisamente a opinião da população. Não ter a intenção de generalizar os resultados obtidos na amostra para a população e nem a preocupação de que esta seja representativa. O objetivo principal é ganhar conhecimento sobre o assunto e gerar novos temas que possibilitem explorações futuras.

Para realizar uma abordagem a cerca do acesso à informação dos Programas de Microcrédito pela população beneficiárias do Programa de Bolsa Família, para a realidade particular da Escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga, como alternativa de emprego e renda, neste capítulo tratará da metodologia utilizada para ser analisada de forma coerente, que possibilite a compreensão a cerca do problema em questão.

Para fundamentar este trabalho partiu-se da escolha do tema, configuração do problema de pesquisa, através de consultas bibliográficas, utilizados textos acadêmicos mediante pesquisa virtual relacionado aos Programas de Microcrédito e Bolsa Família, desigualdade social, inclusão social. Também foi realizada uma análise das publicações legais sobre os temas.

A fundamentação temática é a revisão bibliográfica e foi realizada com base em leituras, com a finalidade e de buscar o embasamento teórico para a análise das questões levantadas quanto à utilização do microcrédito pela população beneficiária do PBF.

Para atingir os objetivos propostos foi realizada uma pesquisa quantitativa, por buscar compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo. (GODOI, 1995a) através de amostra estatística aleatória, pois é o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, onde os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente percebidos e onde se utiliza múltiplas fontes de evidência. (Yin, 2001 *apud* GIL 2002), utilizando-se de entrevistas voluntárias resulta de antemão uma amostra por acessibilidade ou conveniência e que resulta numa amostra por acessibilidade ou conveniência não probabilística, a qual impede a realização de generalizações sobre a população (Gil, 2006, pg. 94).

Bolsa Família da comunidade escolar a analisada foi realizada na ultima quinzena de abril de 2015.

Na tabela 1, a seguir, é apresentada a tabela de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família na Escola, com base no número de alunos matriculados no mês de março de 2015.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO PROFESSORA EULINA BRAGA. ALUNOS COM BOLSA FAMÍLIA NO ENSINO FUNDAMENTAL, POLITÉCNICO E EJA			
	ANO	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS COM BOLSA FAMÍLIA
ENSINO FUNDAMENTAL	1º	21	3
	2º	16	3
	3º	22	4
	4º	23	3
	5º	20	2
	6º	25	5
	7º	33	6
	8º	26	4
	9º	23	3
POLITEC	1º	16	1
	2º	14	3
	3º	9	1
EJA	T1 T2	15	2
	T3	15	1
	T4	27	3
	T5	45	7
	T6	33	1
	TOTAL	383	52

Tabela 1: Número de alunos com Bolsa Família na Escola

FONTE: Escola Estadual de Ensino Médio
Professora Eulina Braga - março/2015

Não foram computados os alunos já transferidos para outras
escolas no início do ano letivo.

O questionário aborda questões relativas ao conhecimento do entrevistado sobre o programa de Microcrédito, sobre as atividades desempenhadas e interesse em participar de grupos de aval solidário. O roteiro das entrevistas abrange as questões descritas anteriormente, fazendo com que o entrevistado entenda as questões de forma simples e objetiva.

Após a aplicação das entrevistas, foi efetuado o ordenamento dos dados obtidos, para facilitar a leitura analítica dos resultados, podendo-se desta forma

captarem o nível de conhecimento e uma avaliação da população analisada quanto aos programas de microcrédito.

7 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

Inicialmente faz-se uma caracterização do grupo entrevistado, e posteriormente passa-se a apresentar os dados coletados na entrevista. Segue as análises apresentadas no questionário.

O objetivo do presente trabalho é investigar o conhecimento e o interesse que beneficiários do Programa Bolsa Família, cujos filhos frequentam escola Estadual de Ensino Médio Professora Eulina Braga tem da política de Microcrédito.

O perfil dos entrevistados, foram os familiares de alunos cujas famílias estão cadastradas como Baixa Renda e desenvolvem atividades laborais que poderiam ser beneficiadas com o Programa Microcrédito Produtivo e Orientado, tais como: costureiras, vendedoras, diaristas, recicladoras, cabeleireiros, manicures.

A coleta de dados ocorreu entre os dias 29 de abril a 1º de maio, na Escola e na Cooperativa de Recicladores, e em alguns casos nas residências dos entrevistados, visando coletar o maior número possível de pessoas dentro do perfil estudado.

Na coleta das entrevistas percebeu-se uma insegurança da população pesquisada, pois somente alguns permitiram a identificação e muitos optaram por não participar da pesquisa, e dentre os que participaram da pesquisa, foi perceptível um constrangimento quanto ao desconhecimento do programa.

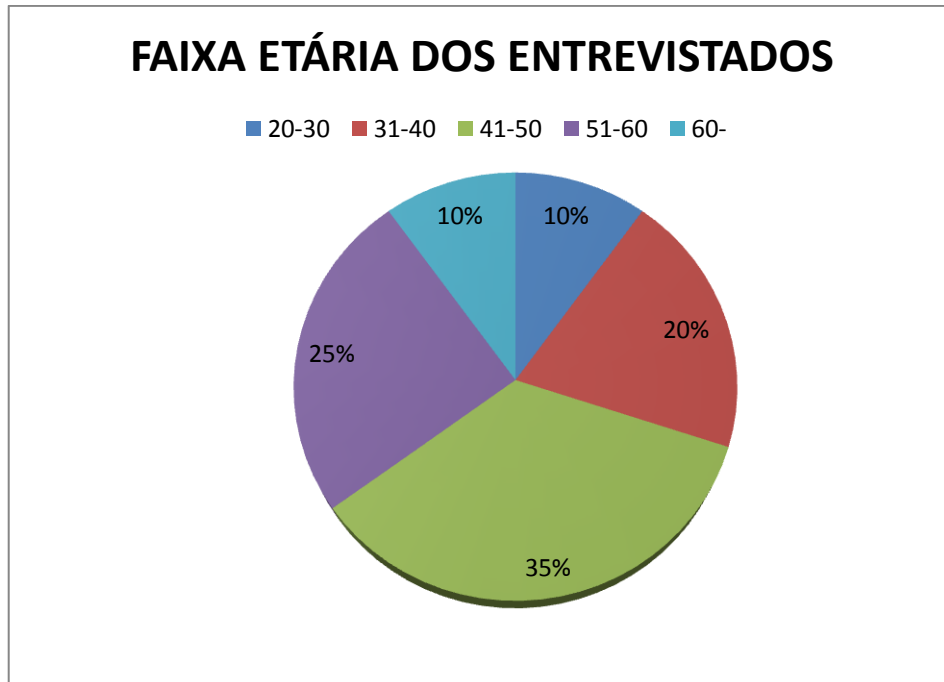


Gráfico 1: Faixa etária dos entrevistados
Fonte: Dados da pesquisa

O gráfico um a apresenta o perfil etário da população entrevistada, onde se apurou que dez por cento da amostra de 20 pessoas numa população de 50 famílias, tem entre vinte e trinta anos, e com mais de sessenta anos o percentual também é de dez por cento. Vinte por cento da população tem entre trinta e um e quarenta anos. Vinte e cinco por cento da população entrevistada tem entre cinquenta e um e sessenta anos, e trinta e cinco por cento da população entrevistada tem entre quarenta e um a cinquenta anos.

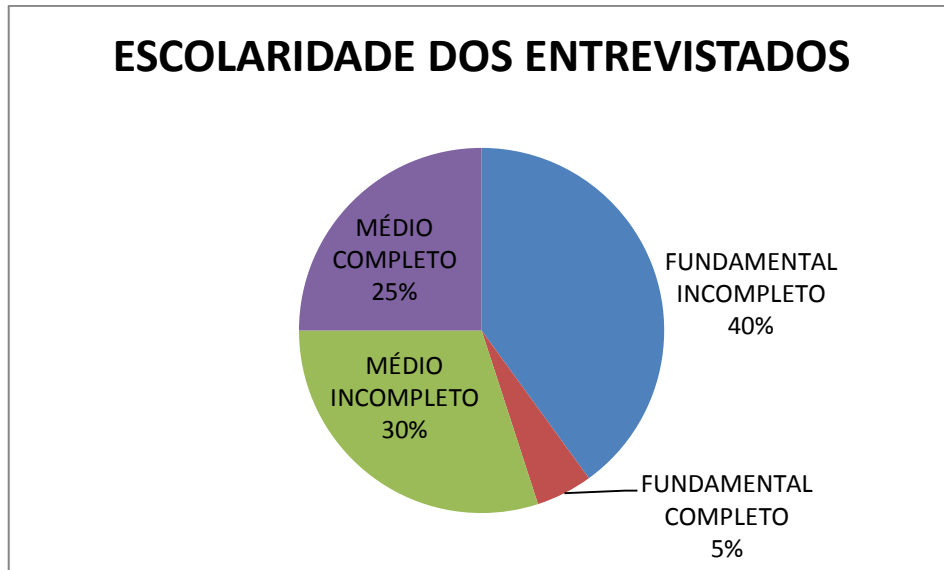


Gráfico 2: Grau de instrução dos entrevistados
Fonte: Dados da pesquisa

Do levantamento de dados de escolaridade apurou-se que quarenta por cento dos entrevistados tem ensino fundamental incompleto, cinco por cento tem ensino fundamental completo, trinta por cento tem ensino médio incompleto, e vinte por cento tem ensino médio completo.

Questão 1: Já ouviu falar no Conheça o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado?

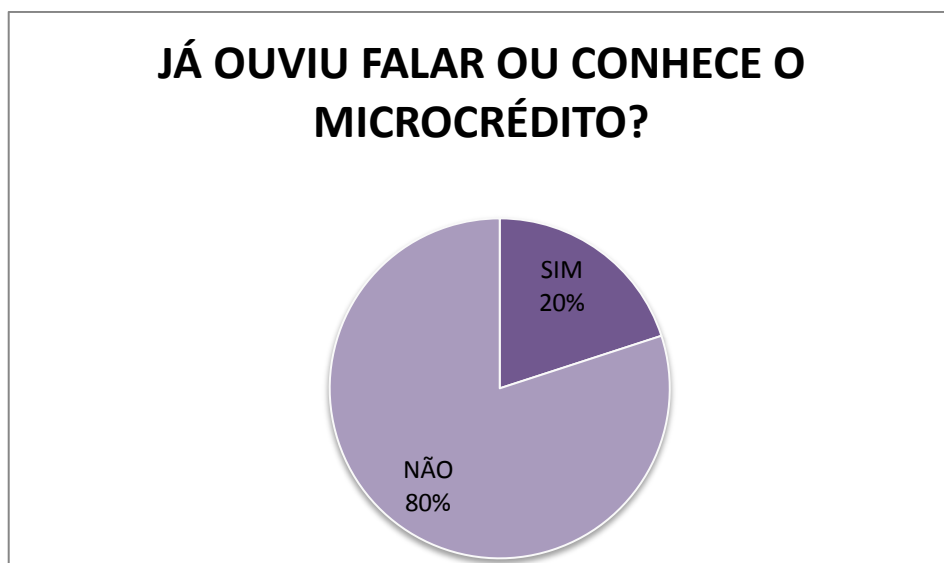


Gráfico 3: Informações sobre o Microcrédito
Fonte: Dados da pesquisa

A questão sobre o conhecimento do programa de Microcrédito Produtivo e Orientado demonstrou que apenas vinte por cento de uma amostra de 20 pessoas num universo de cinquenta pessoas conhecem o programa de microcrédito.

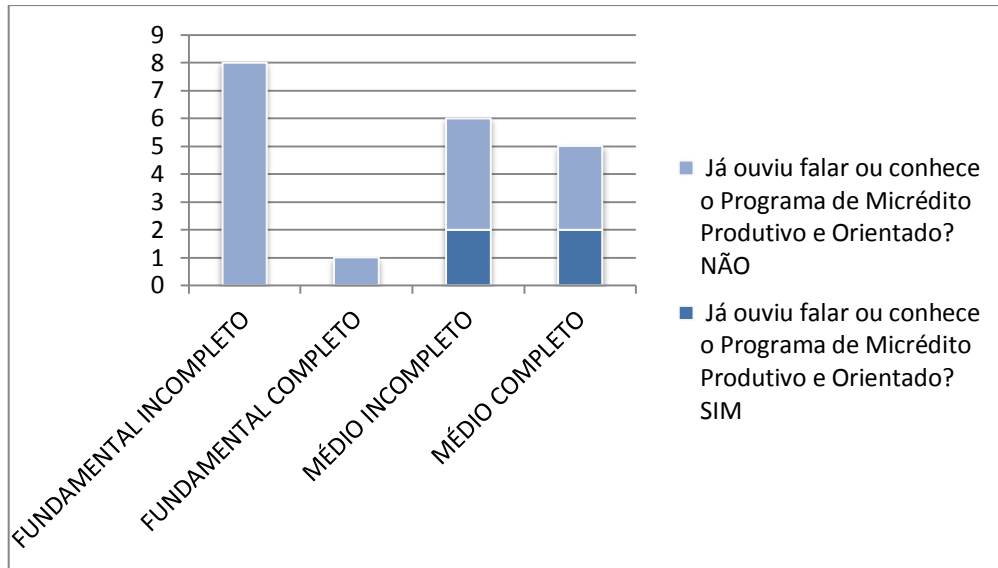


Gráfico 4: conhecimento do programa de Microcrédito Produtivo e Orientado
Fonte: Dados da pesquisa

Analisando as respostas da questão um, levando se em conta o nível de escolaridade, apurou-se e que nenhuma as pessoas com nível fundamental conhece o programa de microcrédito, no nível médio incompleto o programa é conhecido por duas pessoas e desconhecido para quatro pessoas. Já no nível médio completo o programa é conhecido por duas pessoas e desconhecido para três pessoas. Neste ponto da análise nos leva a identificar uma deficiência na comunicação das informações a respeito do Programa, pois não há onde buscar estas informações, e, portanto fica a margem de um programa que poderia ser uma forma de aumentar o poder aquisitivo. Para Ambrósio (2010) é necessário alcançar a população que está abaixo da linha de pobreza, mas é necessário organizar as pessoas para acessá-lo. Daí a necessidade de buscar parcerias com as instituições locais para organizar a demanda e ofertar o crédito.

Questão 3: O que você sabe sobre o Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado? (Para ser respondida apenas pelos entrevistados que declararam conhecer o PMNO).

Nesta questão, os quatro entrevistados que declararam conhecer o Programa de Microcrédito, citaram, a taxa de juros baixa como ponto positivo para o programa de microcrédito.

Apresenta-se a seguir as afirmações dos entrevistados:

“Para o Microempreendedor que tem o nome limpo no CERASA é muito bom, por que tem juros baixos, é fácil de pagar”

“Só sabia que existia (o programa de microcrédito), mas não tenho mais detalhes”.

“Registrei uma firma de confeitaria e gostei.”

“São empréstimos com juros baixos, para grupos.”

Questão 4: Você gostaria de receber obter informações sobre o Microcrédito?

Nesta questão, os entrevistados responderam afirmativamente que não conheciam o programa, ou seja, 16 pessoas demonstraram interesse em conhecer o programa.

Questão 5: Qual o canal de comunicação que considera mais adequado para divulgar esse tipo de informação:

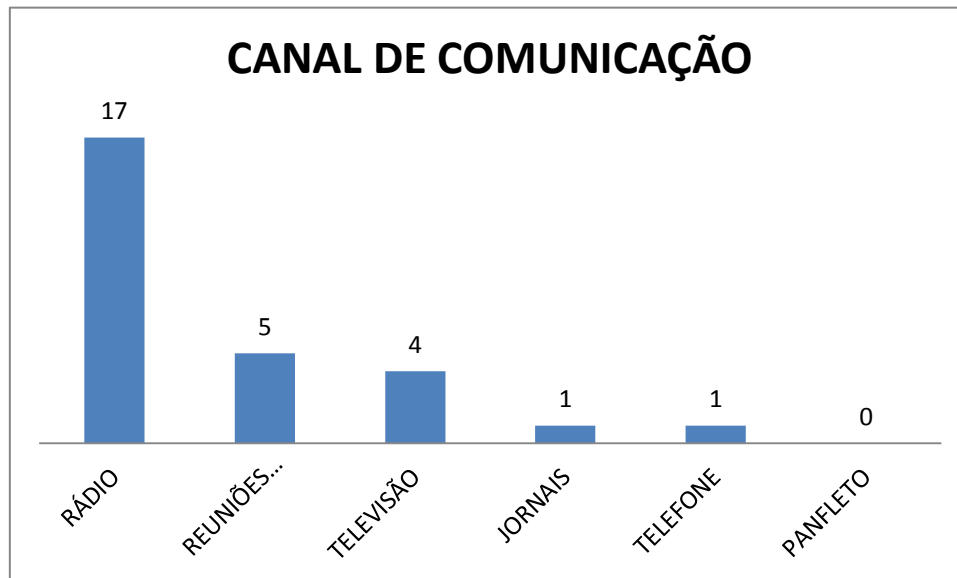


Gráfico 5: Canal de comunicação para divulgação

Fonte: Dados da pesquisa

Destaca-se que alguns dos entrevistados optaram por mais de um canal de comunicação.

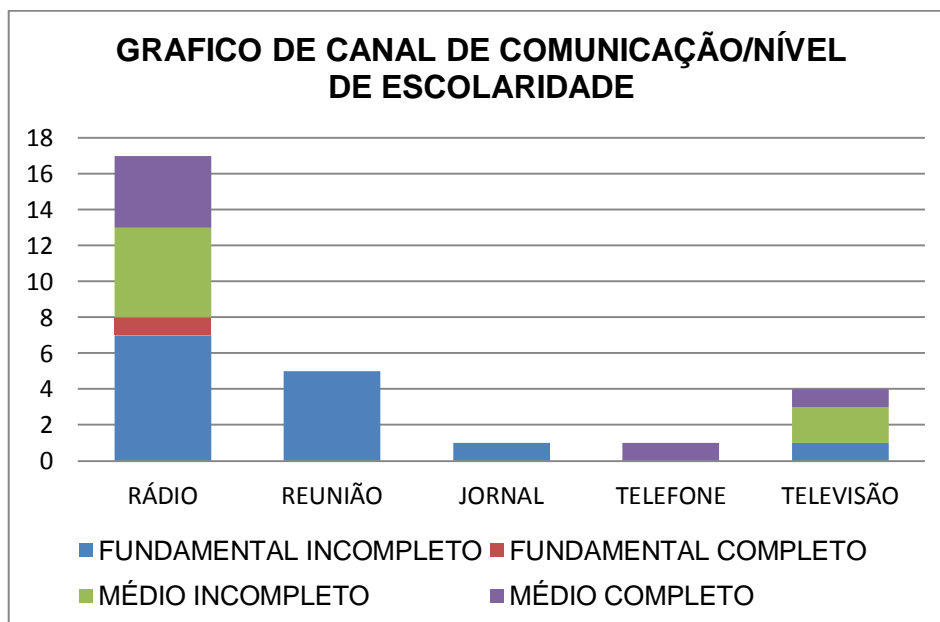


Gráfico 6: Canal de comunicação quanto ao nível de escolaridade

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando o nível de escolaridade e o canal de comunicação escolhido, percebe-se que o rádio foi citado em todos os níveis de escolaridade, por ser o mais

acessível à população de baixa renda, e as reuniões comunitárias foi à opção mais citada dentre os cooperativados. A televisão aparece em todos os níveis de escolaridade.

Questão 6: Conhece alguém que esteja utilizando, ou tenha utilizado esse programa?

Apenas uma entrevistada conhece alguém que tenha utilizado o programa microcrédito.

Questão 7: Em sua opinião o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado é um bom programa?

Nesta questão, 4 entrevistados que conhecem o PMNO consideram um bom programa por que os juros são baixos, 16 pessoas não responderam alegando não ter conhecimento suficiente sobre o assunto. Não houve manifestação negativa.

Apresenta-se a seguir algumas das opiniões dos entrevistados:

“É bom para quem quer começar ou ampliar um negócio, com juros baixos e fácil de pagar.”

“Ajuda muito o pequeno empreendedor.”

“Ajuda quem está começando.”

Questão 8: Você desenvolve alguma atividade que acredita poderia se beneficiar com o Programa Nacional de Microcrédito?



Gráfico 7: Beneficiários do Microcrédito

Fonte: Dados da pesquisa

Nesta questão, de uma amostra de vinte entrevistados, de uma população de 50 famílias, seis pessoas declararam desenvolver uma atividade que poderia ser beneficiada com o Programa de Microcrédito, sendo que, destas, duas desenvolvem atividades de costureiras, uma vendedora de roupas, uma doceira e uma cabeleireira, e quatorze pessoas declararam não exercer uma atividade que poderia ser beneficiada com o programa de microcrédito.

Gráfico de perspectiva de utilização do microcrédito com o nível de escolaridade:

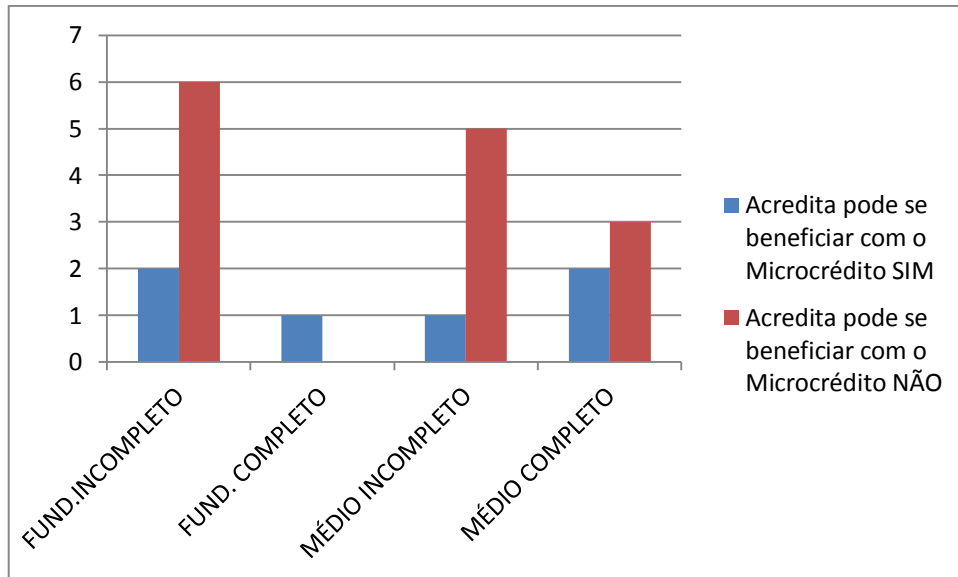


Gráfico 8: Utilização do Microcrédito

Fonte: Dados da pesquisa

Analisando este gráfico, percebe-se que no nível fundamental incompleto e no médio incompleto há uma perspectiva negativa em relação à possibilidade de se beneficiar com o microcrédito maior do que nos outros níveis.

Questão 9. Por que você acredita que o microcrédito possa beneficiar sua atividade?

A questão foi respondida por seis pessoas, sendo que uma entrevistada declarou que poderia utilizar o microcrédito na aquisição de uma máquina de costura, a doceira poderia comprar mais equipamentos, a vendedora pode aumentar o estoque, o pedreiro poderia adquirir mais instrumentos de trabalho, a cabeleireira precisa de móveis para o salão e o freteiro poderia fazer a manutenção da camionete que utiliza.

A seguir algumas declarações dos entrevistados:

“Na compra de mercadorias, pois como sou vendedora de porta em porta, fico sem estoque antes do fim do mês.”

“Na manutenção da camionete”.

“Para comprar uma máquina de costura nova.”

Questão 10. Você tem ideia dos juros cobrados pelo Programa Nacional de Microcrédito?

Nesta questão apenas quatro pessoas declararam conhecer as taxas de juros aplicadas e 18 pessoas declararam não conhecer as taxas de juros.

Questão 11. Você conhece as exigências do programa Nacional de Microcrédito para dar empréstimo?

Nesta questão, também apenas três pessoas declararam conhecer as exigências do programa de microcrédito.

Questão 12. Você sabe o prazo que é dado para pagar o empréstimo?

Nesta questão, quatro pessoas afirmaram conhecer o prazo dado pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado, e dezoito pessoas não conhecem.

Questão 13. Considerando-se o que você ganha hoje, você acha que tem condições de atender as exigências do Programa Nacional de Microcrédito?

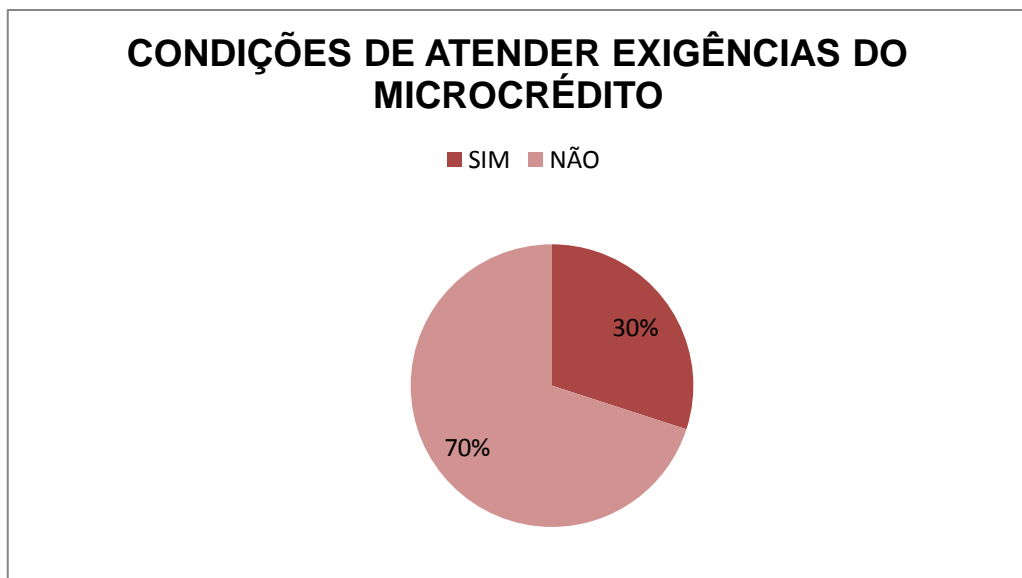


Gráfico 9: Exigências do Microcrédito
Fonte: Dados da pesquisa

Em relação às condições de atender às exigências do Microcrédito, seis pessoas responderam que sim, e 14 pessoas responderam que não de uma amostra de 20 numa população de 50.

Questão 14. Você acredita que seria uma boa ideia o governo oferecer crédito para grupos de pessoas, ao invés de fornecer para cada pessoa em separado? (Exemplo: em um empreendimento coletivo, como de Economia Solidária).

Nesta questão, uma pessoa não achou uma boa ideia, pois se não tiver um grupo não consegue o crédito, duas pessoas afirmaram que sim, porém não justificaram a escolha; cinco pessoas não acham uma boa ideia o governo oferecer crédito para grupos, pois demonstraram grande preocupação com a possibilidade de alguém do grupo não pagar e ter que assumir a dívida.

Os demais, ou seja, doze pessoas acharam que sim, e dentre os motivos citaram a possibilidade de abrir um negócio, mesmo sem ter a firma registrada, que em grupo fica mais fácil ajudar uns aos outros, ajuda quem não tem banco, e fica mais fácil pagar.

Questão 15. Para você quais são os pontos mais importantes para o bom funcionamento de um sistema de empréstimo de dinheiro pelo governo, para o desenvolvimento de pequenos negócios?

Nesta questão uma pessoa achou importante esclarecer muito bem a questão da formação de grupos, e os demais acham que deve haver uma divulgação, com reuniões para as pessoas saberem como funciona.

Na coleta das entrevistas percebeu-se uma insegurança da população pesquisada, tanto que somente alguns permitiram a identificação e muitos optaram por não participar da pesquisa.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da inclusão social, no Brasil, ganhou muito destaque nos últimos anos, dado a expansão das políticas assistencialistas dirigidas pelo Estado. As perspectivas de diminuição da pobreza se mostraram, de acordo com dados oficiais, muito positivas, retirando o país de uma situação calamitosa e o colocando em um patamar ainda débil, mas mais avançado.

O presente estudo realizado teve por objetivo maior reportar um desses aspectos relacionados às políticas sociais, ao analisar o Programa de Microcrédito e a sua acessibilidade pela população de baixa renda, nesse caso aqui descrito, aos beneficiários do programa Bolsa Família cujos filhos estudam na Escola Estadual Eulina Braga.

Fez-se possível perceber, diante desta verificação, que a abrangência oferecida por meio do programa propicia muitas transformações reais na situação econômica destas famílias, mas que, por vezes, as mesmas não têm acesso ao programa por falta de conhecimento necessário de como acessá-lo. Em pesquisa realizada com algumas pessoas acerca do programa de microcrédito, torna-se imperioso evidenciar que uma porcentagem alta desconhecia suas condições de acesso, juros, utilização do benefício.

Nesse sentido, resta prejudicada a possibilidade de tais famílias exercerem o empreendedorismo, o que seria muito positivo para as mesmas e para a sociedade em geral. Com mais empreendimentos pelo país, ainda que pequenos, médios, geração de mais empregos, e a situação de miserabilidade será cada vez mais mitigada, fazendo ascender uma nova cadeia produtiva, ensejando transformações avançadas e uma cobrança maior por qualidade e excelência, elementos essenciais para um desenvolvimento pleno.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; POCHMANN, Marcio; **A desconstrução do Trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil.** [et al.]; organizadores: Antônio David Cattani, Alberto D. Cimdamore; tradução: Ernani Só. — Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. Disponível em <http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/cattapt.pdf>> Acesso em: 24 mar. 2015.

AUBERT, Luis N. **A desigualdade social no mundo versus a concentração da renda.** Disponível em: <http://www.abimaq.org.br/site.aspx/Detalle-Palavra-do-Presidente-nova?DetalleClipping=62&CodigoClipping=65> Acesso em: 23 mar.2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Política Monetária e Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional**29/09/2014, disponível em <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 17 ago. 2014.

BARONE, Francisco Marcelo e ZOUAIN, Debora Moraes, **Acesso ao Crédito e Desenvolvimento Local: O Microcrédito no Brasil** disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/9porto/barone.html>. Acesso em: 8 dez. 2014.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil: Evolução e Perspectivas.** *Rev. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, V 42, nº 6 Dez 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BITTENCOURT, G. **Microcrédito e micro finanças no governo Lula**, Brasília: DF, 2005. Disponível em: http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2005/Microcredito_Microfinan%C3%A7as_do_Gov_Lula_01-09-05. Pdf. Acesso em: 08 dez. 2014.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, 2005. **LEI Nº 11.110**: Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

CAVALCANTE, A; CROCCO, M; JAIME JÚNIOR, G.F. **Preferência pela liquidez, sistema bancário e disponibilidade de crédito regional.** In: CROCCO M.; JAYME JÚNIOR, F.G. (Org.). Moeda e território: uma interpretação dinâmica regional brasileira. Belo Horizonte, 2006.

CHAVES, S. S.; **Diagnósticos e desafios do microcrédito no Brasil** disponível em <http://www.desenbahia.ba.gov.br/uploads/3009201116281351RD-15_Set%2011_Cap.%208%20-%20Diagn%C3%B3stico%20e%20Desafios.pdf> Acesso em: 19 jan. 2015.

CIMADAMORE, Alberto D. **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina** / Alberto D. Cimdamore... [et al.]; organizadores: Antônio David Cattani,

Alberto D. Cimadamore; tradução: Ernani Só. — Porto Alegre: Tomo Editorial/Clacso, 2007. Disponível em <http://bvsde.org.ni/clacso/publicaciones/cattapt.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

DANCEY, Christine P.; REIDY, John. **Estatística sem matemática para psicologia**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

DANTAS, Valdi de Araújo. **A tecnologia do Microcrédito Produtivo e Orientado**. Brasília, 2005 Disponível em: http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812B62D40E012B6E3DC83362AC/tecnologia_do_mcpcp_fomatado.pdf. Acesso em: 24 mar. 2015.

DOWBOR, Ladislau. **Pikettismos e reflexões sobre o capital no século XXI** disponível em: <http://dowbor.org/2014/07/ladislau-dowbor-pikettismos-relexoes-sobre-o-capital-no-seculo-xxi-julho-2014-17p.html/>. Acesso em: 14 mar. 2015.

DUARTE, H, São Paulo Confia. Disponível em: <http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Os%20desafios%20do%20microcredito%20produtivo%20Uma%20visao%20das%20instituicoes%20e%20seus%20operadores.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

GIL, A. C.; **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5ª Ed/. São Paulo: Atlas 2007.

GODOI, Arilda S.; **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**, Revista de Administração de empresas, Vol. I. 2009.

HELENE, OTAVIANO. **O Círculo Vicioso da Desigualdade**. Disponível em: <http://blogolitica.blogspot.com.br/2014/03/o-circulo-vicioso-da-desigualdade.html> Acesso em: 31 mar. 2014.

HENRIQUES, R. **Desnaturalizar a desigualdade e erradicar a pobreza no Brasil**. (Org.) Pobreza e Desigualdade no Brasil Brasília 2003: UNESCO 2003 p. 63 a 68. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001339/133974por.pdf> Acesso em: 16 jan. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/.../sinteseindicisociais. Acesso em: 20 jan. 2015.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION– IFC. The next 4 billion: market size and businessstrategy at the base of the pyramid – Banco Mundial, Executive Summary. 2007.

LEITE JUNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no Estado Brasileiro**; Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração /UFSC; (Brasília); CAPES: UAB, 2009.

LUDWING, C.; **Orientação Financeira – Percepção dos Associados da Cooperativa Cresol – Tiradentes do Sul**. Porto Alegre, 2012. Disponível em

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87348/000907291.pdf?sequence>
Acesso em: 15 mar. 2015.

MARQUES, Rosa Maria (Org.); REGO, José Marcio (Org.) **Economia Brasileira** 3ª Edição São Paulo: Saraiva, 2006.

MATTAR, F.N. Pesquisa de Marketing: Metodologia, Planejamento, USP, 1999.

MELO, J.J. S., Disponível em:
<http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Os%20desafios%20do%20microcredito%20produtivo%20Uma%20visao%20das%20instituicoes%20e%20seus%20operadores.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

MONTORO, Guilherme C. F. **Atuação do BNDS em Microcrédito. Lei 11.110**
Disponível em:
http://www.pmpf.rs.gov.br/pagina_interna.php?t=19&c=7166&p=1&a=1&pm= Acesso em: 01 abr. 2015.

NERI, Marcelo (Org.). **Microcrédito, o mistério nordestino e o Grammem brasileiro**: Perfil e performance dos clientes do Crediamigo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=whGHoNkqHpgC&oi=fnd&pg=PA9&dq=Microcredito+teoria+e+pr%C3>. Acesso em: 20 fev. 2015.

OLIVA, A.M. **As bases do Novo Desenvolvimentismo no Brasil: Análise do Governo Lula (2003-2010)**, 2010. Tese (Doutorado em ciências econômicas) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000794314&fd=y>
Acesso em: 17 abr. 2014.

OLIVEIRA, C.M.S.; VIANNA P.J.R. **Desenvolvimento regional: 50 anos do BNB**. Fortaleza: Banco do Nordeste

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS– ONU. World public sector report 2005. New York: United Nations/Department of Economic and Social Affairs, 2005b.

PASSOS, A.F. et al. **Focalização sustentabilidade e marco legal: Uma revisão da literatura de microfinanças**. Boletim de Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise, Brasília, n.18, p.41-61, fev. 2002. Disponível em:
http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/mt_018i.pdf
Acesso em: 07 abr. 2015.

PRATES, Ian; VENEROSO, Carmelita - **Capital Social e Pobreza: implicações teórico empíricas para estudos de Programas de Renda Mínima**, disponível em:
<http://www.sinteseeventos.com.br/bien/pt/papers/ianpratesCapitalsocialepobreza.pdf>
Acesso em: 21 mar. 2015.

PETRY, Caroline D. **Fatores que influenciam na escolha do tipo de modalidade do microcrédito**: Um estudo de caso na OSCIP Portosol. Porto Alegre 2013.

Disponível em <www.lume.ufrgs.br/bistream/handle/10183/97016/000918315.pdf>. Acesso em: 14 ago.2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO FUNDO. Assessora de Imprensa. **Microcrédito fomenta crescimento de pequenas e médias empresas em Passo Fundo.** Passo Fundo, maio 2012. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/111110.htm> Acesso em: 01 abril 2014.

RAUCHBACH, Waldi P. **O sucesso do banco popular do Brasil**, Cascavel 2007, disponível em: <www.lume.ufrgs.br/bistream/handle/1083/14221/0006/49520.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2014

SANTOS, C.G. e CARRION, R. S; **Microcrédito e Pobreza: Um diálogo Possível?** Revista da Administração Contemporânea Vol. 13 junho de 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-5552009000500005&script=sci_arttext Acesso em: 23 mar.2015.

SALCIDO, G. (2005). **Necessidades essenciais e pobreza: conceitos e alternativas para as políticas de desenvolvimento.** In A. Cattani, & L. Diaz (Orgs.). *Desigualdades na América Latina: novas perspectivas analíticas* (pp. 129-154). Porto Alegre: Editora da UFRGS.

SAMPIERI, R.H., et al. **Metodologia de la Investigación.** México: McGraw Hill, 2003.

SILVA, M. O. da S.. **Os programas de transferência de renda e a Pobreza no Brasil: superação ou regulação?** Revista de Políticas Públicas, v. 9, n. 1, p. 251-278, 2005.

____YAZBEK, M. C.; GIOVANNI, G. Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda.** São Paulo: Cortez, 2004.

VEAUVY, Alexandre. **Microcrédito como promotor de desenvolvimento social no Brasil: o caso do Banco Popular da Mulher de Campinas.** Campinas SP 2011.

VENTURA, J.S. **Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos de Pernambuco** (Ceape-PE), <http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/Os%20desafios%20do%20microcredito%20produtivo%20Uma%20visao%20das%20instituicoes%20e%20seus%20operadores.pdf> acesso em 11/04/2015.

YUNUS, Muhammad, JOLIS, Alan. **O Banqueiro dos pobres.** 1ª Ed. São Paulo. Ática. 2006.

Ministério do desenvolvimento Social. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/documentos/LivroBSM/artigo_29.pdf.pagespeed.ce.nXS>

ROiunRc.pdf>>. http://www.mds.gov.br/documentos/LivroBSM/artigo_29.pdf.
pagespeed.ce.nXSROiunRc.pdf. Acesso em: 20 mar. 2015.

ANEXO I - TABELAS

TABELA DE FAIXA ETÁRIA.

FAIXA ETÁRIA					
20 - 30	31-40	41-50	51-60	60	TOTAL
2	4	7	5	2	20
10 %	20 %	35 %	25 %	10 %	100%

Tabela de escolaridade:

ESCOLARIDADE		
		%
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	8	40
FUNDAMENTAL COMPLETO	1	5
MÉDIO INCOMPLETO	6	30
MÉDIO COMPLETO	5	25
OUTROS	0	0
TOTAL	20	100

TABELA QUESTÃO 1

Já ouviu falar no Conheça o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado?

QUESTÃO 1	Nº DE RESPOSTAS	PERCENTUAL
SIM	4	20%
NÃO	16	80%

Tabela de respostas da questão 1 de acordo com a escolaridade.

Já ouviu falar ou conhece o Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado?		
	SIM	NÃO
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	0	8
FUNDAMENTAL COMPLETO	0	1
MÉDIO INCOMPLETO	2	4
MÉDIO COMPLETO	2	3
OUTROS	0	0
TOTAL	4	16

CANAL DE COMUNICAÇÃO

RÁDIO	17
TELEVISÃO	4
PANFLETOS	0
JORNAIS	1
OUTROS MEIOS	
REUNIÕES COMUNITÁRIAS	5
TELEFONE	1

Qual o canal de comunicação que considera adequado para divulgar este tipo de informação por nível de escolaridade					
	RÁDIO	REUNIÃO	JORNAL	TELEFONE	TELEVISÃO
FUNDAMENTAL INCOMPLETO	7	5	1		1
FUNDAMENTAL COMPLETO	1	0	0	0	0
MÉDIO INCOMPLETO	5	0	0		2
MÉDIO COMPLETO	4	0		1	1
TOTAL	17	5	1	1	4

TABELA DA QUESTÃO 8.

SIM	6	COSTUREIRA (2), CABELEIREIRA, FRETEIRO, VENDEDORAE DOCEIRA	30,00 %
NÃO	14	NÃO DECLARADA (6 COOPE. E	70,00 %
TOTAL	20		100 %

DESENVOLVE ALGUMA ATIVIDADE QUE PODERIA
SE BENEFICIAR COM O PROGRAMA DE
MICROCRÉDITO

		%
SIM	6	30,00
NÃO	14	70,00
TOTAL	20	100

10 - Você tem ideia dos juros cobrados pelo Programa Nacional de Microcrédito?

TABELA DA QUESTÃO 10 - JUROS

		%
SIM	2	10
NÃO	18	90
TOTAL	20	100

ANEXO II - ENTREVISTA PARA TCC EM GESTÃO PÚBLICA POLÍTICAS DE MICROCRÉDITOS PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

ENTREVISTA PARA TCC

1 -Identificação:

Nome (Opcional) _____

Idade: _____

Escolaridade:

() Fundamental Incompleto

() Fundamental Completo

() Médio Incompleto

() Médio Completo

() outro. Explique _____

SITUAÇÃO ATUAL

() está empregado com carteira assinada

() está empregado sem carteira assinada

() está trabalhando como autônomo

() não está trabalhando

() outra situação. Explique _____

2) Já ouviu falar no Conheça o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado?

() Sim

() Não

3) PERGUNTA A SER FORMULADA APENAS PARA QUEM JÁ OUVIU FALAR

O que você sabe sobre o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado?

PERGUNTA A SER FORMULADA APENAS PARA QUEM NÃO OUVIU FALAR

Você gostaria de receber obter informações sobre o Microcrédito?

() Sim

() Não

() Não sabe responder

Qual o canal de comunicação que considera mais adequado para divulgar esse tipo de informação.

() Rádio

() Televisão

() panfletos

() jornais

() outros meios. Quais _____

Conhece alguém que esteja utilizando, ou tenha utilizado esse programa?

() Sim

() Não

Em sua opinião é um bom programa?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

Você Desenvolve alguma atividade que acredita poderia se beneficiar com esse Programa?

() Sim

() Não.

Qual? _____